

Alteridade, sofrimento social e potência política em relatos de si no projeto “SP Invisível” no Facebook¹

Alterity, social suffering and political power in Facebook accounts of oneself on the SP Invisível project

Alteridad, sufrimiento social y poder político en relatos de si en el proyecto “SP Invisible” en Facebook

DOI: 10.1590/1809-5844201634

Ângela Cristina Salgueiro Marques

(Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte – MG, Brasil)

Luis Mauro Sá Martino

(Fundação Cásper Líbero, Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. São Paulo – SP, Brasil)

Tamires Ferreira Coêlho

(Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Comunicação Social. Belo Horizonte – MG, Brasil)

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir como imagens e textos que configuram os relatos do projeto *São Paulo Invisível* podem caracterizar uma potência política que deriva não só das possibilidades enunciativas proporcionadas pelo Facebook, mas também das táticas de indivíduos e grupos que recusam seu posicionamento dentro de ordens discursivas estabelecidas e estanques. Por potência política dos enunciados e dos modos de enunciação proporcionados pelo Facebook estamos considerando as tentativas de questionamento da ausência de um lugar de fala para os subalternos e a construção de “relatos de si” marcados pelo sofrimento social e pela falta de reconhecimento. Foram analisados 17 relatos postados na página do projeto entre os dias 3 e 27 de fevereiro de 2015, além dos 30 primeiros comentários feitos a cada *post* de modo a conhecer o impacto moral das narrativas e verificar se os anônimos retratados participaram dessas trocas como interlocutores. As imagens e

1 Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do CNPq e da FAPEMIG.

os relatos analisados sugerem modos de subjetivação política marcados pela busca de emancipação e reconhecimento, mas constrangidos por mecanismos de visibilidade que frequentemente oprimem, silenciam e invisibilizam.

Palavras chave: *SP Invisível*. Facebook. Sofrimento social. Subalternidade. Relatos de si.

Abstract

The aim of this article is to discuss how images and texts that configure the testimonies of the Project São Paulo Invisible can characterize a political power that drift not only of enunciative possibilities offered by Facebook, but also of the tactics of individuals and groups that refuse being positioned inside established discursive orders. By political power of the statements and enunciation ways displayed by Facebook we are considering the questioning attempts to the absence of a speaking place to subaltern people and the elaboration of “accounts of oneself” marked by social suffering and lack of recognition. We analyzed 17 posts in the Facebook page of the project between 3 and 27 February 2015. We also analyzed the first 30 commentaries to each post in order to know the moral impact of the narratives and to verify if the anonymous portrayed by the project had participated of these exchanges as interlocutors. The analyzed images and stories suggest ways of political subjectivation marked by the search of emancipation and recognition, but frequently constrained by mechanisms of visibility that can oppress, silence and enhance opacity.

Keywords: *SP Invisível*. Facebook. Social suffering. Subordination. Accounts of Oneself.

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir como imágenes y textos que configuran las historias del proyecto *São Paulo Invisible* pueden caracterizar una potencia política que resulta no sólo de las posibilidades enunciativas del Facebook, pero también de las tácticas de individuos y de grupos que recusan su colocación dentro de las órdenes discursivas establecidas y estanques. Por potencia política de las declaraciones y las maneras de enunciación proporcionadas por el Facebook estamos considerando las tentativas de cuestionamiento de la ausencia de un lugar de palabra para los subalternos y la construcción de “relatos de sí” marcados por el sufrimiento social y la carencia de reconocimiento. Analizamos 17 *posts* de historias publicadas en la página del proyecto entre los días 3 y 27 de febrero de 2015, e también los 30 primeros comentarios hechos a cada *post* para conocer el impacto moral de las narrativas y verificar si los anónimos retratados habían participado de estos intercambios como interlocutores. Las imágenes y las historias analizadas sugieren maneras de subjetivación política marcadas por la búsqueda de emancipación y reconocimiento, pero que constreñidas por mecanismos de visibilidad que frecuentemente oprimen, silencian y invisibilizan.

Palabras clave: *SP invisible*. Facebook. Sufrimiento social. Subalternidad. Relatos de si.

Introdução

O projeto *São Paulo Invisível*, abrigado na rede social Facebook, teve início em março de 2014 com o objetivo de conferir visibilidade a indivíduos socialmente excluídos ou negligenciados na capital paulista. A página do projeto no Facebook apresenta a proposta de relatar, de maneira humanizada², as histórias de moradores de rua, catadores de lixo, prostitutas, homossexuais, dependentes químicos, artistas independentes e tantos outros em diversas cidades brasileiras. Os idealizadores do projeto, Vinicius Lima (estudante de Jornalismo) e André Soler (estudante de Cinema), jovens paulistanos de classe média, nos apresentam sempre uma fotografia (feita por Soler) e um relato em primeira pessoa (editado por Lima) da “personagem”³ a ser retratado. A abordagem nas ruas é geralmente feita de maneira não premeditada, como conta Lima (2014, *online*): “a maioria das pessoas entrevistadas, a gente conhece na hora. Estamos andando na rua e pensamos: vamos falar com ele?”. Ele também relata que muitos dos “anônimos” interpelados permanecem indiferentes ao fato de terem suas histórias contadas nas redes sociais digitais. As postagens são geralmente constituídas por imagens e “relatos de si” (BUTLER, 2015) expressos a partir de experiências vivenciadas por essas pessoas.

A captação e repercussão de testemunhos e de imagens de indivíduos socialmente excluídos e invisibilizados nos leva a refletir sobre a ação de “dar a palavra” àqueles que não estão autorizados ou não se autorizam a tomá-la, assumindo o estatuto de interlocutores. Lima e Soler, idealizadores do *SP Invisível* afirmam⁴ que tentam ao máximo traduzir e expressar, o mais fielmente possível, a narrativa original, retendo no relato as marcas de sofrimentos e modos de existência de sujeitos que são atores e observadores de suas próprias narrativas, e que aceitaram, ao serem interpelados, dizer-se para outros. Interessa-nos observar em que medida podemos realizar uma análise das narrativas textuais e imagéticas de sofrimento e daqueles que sofrem.

Pretendemos analisar como imagens e textos que configuram os relatos/retratos do projeto podem caracterizar uma potência política que deriva não só das possibilidades

² Com quase 200 mil curtidas e 40 mil visualizações em sua página no Facebook, o projeto *SP Invisível* surgiu da vontade de dois estudantes de “incomodarem” os visitantes da plataforma (na qual, segundo eles, tudo é falso, todos são maquiadamente felizes e belos) com fotos de moradores de rua. Partindo do pressuposto de que as pessoas que moram e trabalham nas ruas de SP não são “invisíveis”, mas sim suas histórias, os idealizadores da página queriam que a interação com essas pessoas deixasse de ser “verticalizada” (pautada pela caridade e pela doação) e passasse a ser mais justa, paritária e de valorização. Informações disponíveis em entrevista realizada com Lima e Soler: r Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z_zmf8O-PF8>. Acesso em: 22 ago. 2016.

³ Os “anônimos” de São Paulo que aceitam ser retratados pelos idealizadores do projeto evocam seu próprio mundo no relato, mencionando suas regras, normas, hábitos e desejos na construção de narrativas que tanto podem se aproximar quanto se distanciar dos dados compartilhados, uma vez que esse trabalho de narrar-se envolve a produção de um tipo de ficção do real: uma representação breve de si (um trabalho com a própria linguagem, as identidades sociais, culturais e afetivas) a ser, em sequência, convertida em nova representação de modo a figurar como *post* em uma rede social digital.

⁴ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Z_zmf8O-PF8>. Acesso em: 22 ago.2016.

enunciativas proporcionadas pelo Facebook, mas também das táticas de indivíduos e grupos que recusam seu posicionamento dentro de ordens discursivas estabelecidas e estanques. Por potência política dos enunciados e dos modos de enunciação proporcionados pelo Facebook estamos considerando: a) o modo como o conjunto de relatos do projeto figura como um discurso outro, que escapa aos discursos instituídos (políticos, sindicais, educativos, religiosos, morais etc.) sobre as dificuldades e tensões da vida comum e do sofrimento social; b) as tentativas de questionamento da ausência de um lugar de fala para os subalternos e c) a construção de “relatos de si” como trabalho ético de construção subjetiva e intersubjetiva em que se conjugam auto-revelação, auto-responsabilização e autotransformação no jogo agonístico entre quem fala e para quem fala.

Assim, de modo a discutir essas três dimensões políticas e suas interseções com os relatos do projeto, nosso texto aborda, mais especificamente, análises acerca de 17 relatos⁵ postados por *SP Invisível* entre os dias 3 e 27 de fevereiro de 2015. A escolha destes relatos se deveu pelo fato de que expressam experiências de pessoas precárias⁶ e moradores de rua⁷, o que corresponde a nosso interesse de analisar enunciados (imagéticos e verbais) que expressam experiências de injustiça ligadas ao sofrimento produzido socialmente, em contextos sociais determinados, e que merece ser considerado como forma de desigualdade ou como forma de injustiça social (RENAULT, 2004).

Cada relato se configura no Facebook como *post* articulado a uma série de comentários. Assim, um relato não se oferece a nós de forma transparente e simples, resultando, primeiro, de uma breve conversa, na rua, com um agente do projeto que, posteriormente, elabora uma representação em que tenta acolher a palavra do outro subalterno na sua palavra. O que nos interessa nessa complexa construção dialógica dos relatos é o modo como as formas de potência política acima mencionadas são ativadas ou não pelos interlocutores. Avaliamos o conteúdo dos 17 *posts*, com especial atenção para a autodescrição dos interpelados. Também consideramos parte da textualidade desses *posts* os 30 primeiros comentários feitos a cada *post*. A decisão de considerar alguns dos comentários produzidos se justifica tanto pelo interesse em conhecer o impacto moral das narrativas quanto em investigar se haveria, entre os comentários, respostas ou reações dos anônimos interpelados nas ruas de São Paulo.

⁵ Márcio (03/02), Tamara (04/02), Geralda (05/02), Kelson (06/02), Artur (09/02), Marcelo (10/02), “Sem nome” (11/02), Ceará (13/02), Bento (16/02), Valdecir (17/02), Anderson (18/02), Bruno (19/02), Francisco (23/02), Roger e Juliana (24/02), Ricardo (25/02), Marcos (26/02) e José Vicente (27/02).

⁶ Tomamos aqui o termo “precário” para designar não só uma condição socioeconômica de penúria, mas também como “lugar em que as classificações, as designações, as identidades se misturam (ao mesmo tempo artista e precário, profissional e desempregado, alternadamente dentro e fora, nas margens, nos limites), o lugar onde as relações, não estando ainda bem codificadas, são, ao mesmo tempo e de forma contraditória, fonte de assujeitamento político, de exploração econômica e de oportunidades para construir as lutas para as identidades em devir” (LAZZARATO, 2006, p.223). São precários: José Vicente (desempregado e beneficiário do Bolsa-Família); Ricardo (reciclador, catador); Bruno (desempregado); Kelson (desempregado, carroceiro); Geralda (ex-prostituta); Tamara (prostituta); Márcio (carroceiro).

⁷ São moradores de rua: Marcos; Roger e Juliana; Francisco; Anderson; Valdecir; Bento; Ceará; “Sem nome”; Marcelo; Artur.

Neste artigo, é nosso objetivo discutir (1) não só a questão do sofrimento social que acompanha a ausência de reconhecimento, (2) mas também as dimensões da subalternidade que dificultam a constituição comunicacional dos sujeitos como interlocutores em cenas políticas, (3) assim como os modos de narração e expressão de si, que parecem oscilar entre processos políticos de subjetivação e imperativos ideológicos do dizer e do aparecer esvaziados da densidade dos sujeitos.

Modos de visibilidade que ocultam e silenciam

Cabe antecipar aqui duas fragilidades da potência política que pode ser associada ao projeto e sua configuração no Facebook. Uma delas se refere ao próprio relato e diz respeito ao fato de que, na leitura dos 17 *posts* analisados, percebemos uma idealização na descrição das experiências derivadas de “ser pobre” e “morar na rua”. Tal idealização, ou romantização, aparece em depoimentos que ressaltam: a) a liberdade da rua associada à boa conduta: “Muita gente não acredita, mas eu não uso droga, nem bebo. [...] Eu até poderia morar na casa da minha mãe, [...] mas já me acostumei com a rua, não consigo mais ficar dentro de uma casa e não gosto de onde ela mora. [...] Se é pra ter um vício, o meu vício é o skate” (Anderson); b) a liberdade da rua e a autorrealização: “Aqui [na rua] eu conheci um outro lado meu, o da arte. Pra passar o tempo, eu desenho, eu componho, canto. Isso liberta.” (Sem-nome); c) a liberdade de ir e vir: “morar na rua é ser livre. Aqui é minha casa, posso mijar na praça, tomar banho, vocês que estão invadindo meu domicílio. Eu sou um cidadão que nem vocês, mas eu moro aqui na Sé” (Marcelo); d) o respeito alcançado com os “postos de trabalho” da rua: “Hoje eu tenho 41 anos de calçada. Sou muito respeitado por aqui, fiz avião de droga por muito tempo, era o melhor avião, nunca quebrei a asa” (Valdecir); e) o messianismo na rua: “Hoje não fico triste de estar aqui, porque Jesus era também confundido com um morador de rua. [...] Quando você ajuda alguém que tá na rua, você ajuda Ele que tá no céu” (Bento).

Além disso, uma forma de romantização muito presente nos depoimentos relaciona-se com o que chamamos de “pobre exemplar”, ou seja, aquele indivíduo que é retratado e/ou retrata a si mesmo como honesto, batalhador e sem vícios: “Eu puxo a carroça quando eu tô desempregado. [...] Tenho que trabalhar que nem louco para manter meus quatro filhos enquanto eles estudam direitinho. [...] Não tô devendo nada, não bebo, não fumo.” (Kelson). Depoimentos como esse (e o de Anderson acima) são os que mais recebem comentários na página. O teor desses comentários reflete, de modo geral, elogios à iniciativa do projeto associados à comoção e à reafirmação de valores como respeito, dignidade, resistência, bravura e heroísmo.

A segunda fragilidade relacionada à potência política do projeto no Facebook refere-

se ao fato de que em nenhum dos 17 perfis traçados, o perfilado responde aos comentários ou se envolve nas polêmicas suscitadas pelos visitantes da página do projeto. Podemos nos perguntar se mostrar, revelar, colocar o outro em imagens e palavras pode significar, ainda assim, não torná-lo um interlocutor.

Junto a essas observações, temos consciência tanto das possibilidades e das limitações da tecnologia, no sentido de conferir visibilidade a esses indivíduos socialmente inexistentes, quanto do jogo de luzes e sombras dessa relação inclusão/exclusão a partir tanto das falas quanto da página em si (MEIKLE, 2010, p.29). Dito de outro modo, as narrativas postadas no Facebook podem conferir visibilidade a figuras da miséria e da pobreza que invisibilizam o drama e o sofrimento social que são enunciados.

O estudo das formas de humilhação, sofrimento social e desvalorização moral do outro reveste-se de alguma dificuldade na medida em que geralmente implica, além de uma miséria social, elementos de “dessocialização” e danos psíquicos que afetam a relação que os sujeitos mantêm consigo mesmos (HONNETH, 2005), dando origem a “um eu cada vez mais isolado, privado de referências, de contatos, dependente e perdido, impotente, desorientado e, por isso, incapaz de se associar a outros” (HAROCHE, 2008, p.169).

Como destaca Renault (2004, p.327), o conceito de “sofrimento social” designa um tipo de experiência na qual, de um lado, a injustiça sofrida pode se revelar tão profunda que as dinâmicas práticas que ela coloca em pauta podem se voltar mais contra o indivíduo do que contra a injustiça da situação e, de outro lado, os recursos normativos não permitem desenvolver uma consciência ou problematização da injustiça da situação. O tema do sofrimento social foi objeto de reflexão mais detida desse autor, ao pesquisar acerca de como a teoria do reconhecimento pode hoje se configurar como uma forma potente de crítica às patologias sociais e institucionais que produzem “vítimas mudas da injustiça” (RENAULT, 2004, p.9).

O mutismo, para Renault, caracterizaria essas vítimas como privadas dos meios de testemunhar a injustiça que sofrem – sentido similar ao indicado por Couldry (2009). Desprovidas da linguagem normativa e/ou jurídica que as permite de descrever a injustiça como injustiça, além de sofrerem injúria, as vítimas perdem os meios de fornecer provas que comprovem o estrago feito. Para captar o que é percebido como injustiça, Renault sustenta que o saber ordinário dos indivíduos acerca das injustiças que enfrentam e dos contextos sociais que os produzem poderia questionar o quadro normativo dominante da compreensão de justiça, revelando suas restrições em englobar as diversas situações de desrespeito e humilhação que os dominados vivem.

É importante anteciper que nossa análise dos depoimentos identificou não um mutismo derivado de uma inabilidade de enunciar o sofrimento social como injustiça, mas um tipo de silenciamento ligado, primeiro, ao modo como os idealizadores do projeto

compõem o retrato de indivíduos anônimos em São Paulo: ao construírem um lugar de fala destinado a heróis e heroínas do cotidiano, com o intuito de “motivar as pessoas a terem um olhar mais humano” (definição registrada no Facebook), o projeto interpela os anônimos de modo a extrair de suas experiências algo de (extra)ordinário: elementos que potencialmente possam gerar empatia e assombro/estranhamento aos demais. Soma-se a isso o enquadramento das fotografias que acompanham o texto dos perfis: são imagens esteticamente belas, comparadas muitas vezes pelos visitantes da página a pinturas, que frequentemente ressaltam o rosto dos perfilados e nos oferecem a imagem de sujeitos que olham diretamente para a câmera. Prevalece, então, o ponto de vista “dos de fora”, que lançam um olhar para aquilo que desconhecem, procurando ver tanto o que há de exótico⁸ nesses modos de vida marginais, quanto o que pode haver de “bom” e “moralmente válido” nas margens, nos espaços periféricos da cidade. Decorrente disso, o conteúdo dos comentários também invisibiliza e retira a possibilidade de fala dos perfilados.

De forma geral, verificamos a presença de dois grupos principais de comentários (ambos fortemente marcados por ideologias religiosas e meritocráticas): um deles consiste em mensagens de empatia (vários comentários mencionam choro resultante da leitura) ou repúdio (tom acusatório, moralista e condenatório⁹ – a presença de xingamentos foi detectada no debate entre os interagentes, mas não referente aos perfilados) às narrativas postadas com base em valores e códigos morais partilhados (nesse grupo entram também os comentários de elogio ao projeto, uma vez que reiteram o caráter extraordinário dos relatos¹⁰); o outro consiste em mensagens de apoio aos “anônimos narrados”, nas quais vemos o único momento em que os visitantes da página se dirigem diretamente aos perfilados incentivando-os e encorajando-os¹¹, mas de um jeito que, como um aconselhamento (o que reafirma o lugar pretensamente privilegiado e “superior” de quem comenta), não os convoca a responder e sim a agradecer (a expectativa do agradecimento também aparece em comentários de pessoas que se oferecem para ajudar, de modo mais concreto – doações ou aconselhamentos jurídico-trabalhistas). A nosso ver, tanto o enquadramento escolhido para as narrativas (histórias singulares de superação) quanto a resposta produzida pelos visitantes reiteram a posição de subalternidade e o sofrimento social dos anônimos retratados.

⁸ “Teve até uns professores de umas universidades que vieram fazer uns estudos comigo” (Marcos).

⁹ Interessante notar como a culpabilização social influencia na autculpabilização: “Por enquanto dependo do Bolsa-Família. Esse mês não ganhei meu dinheiro porque perdi meu RG e levei suspensão. É isso que dá ser alcoólatra, né? Não tiro a razão deles, não. Estão certos” (José Vicente).

¹⁰ Alguns exemplos: “Leitura obrigatória de toda noite antes de dormir! Essa página é fantástica. Moradores de rua e suas histórias que tanto nos ensinam!” (Thainá Oliveira, 10/02 às 17:44). “Antes de ler, eu já estou curtindo. Essa página é sensacional!” (Emily Cristina, 12/02 às 13:45).

¹¹ Alguns exemplos: “Anderson, que Deus ilumine seu caminho, vc irá conseguir tudo o que deseja, acredite e lute!” (Fabrício Linhares, 19/02 às 14:32); “Anderson, vai à luta que você consegue, mas lute também para estudar e fazer seu nome...vc é novo, vai ser muito grande um dia! Sucesso!” (Necka Pincovae, 19/02 às 09:32); “Boa sorte, Tamara, muita força!” (Simone Tome, 05/02 às 10:42); “Que Deus continue abençoando a sra. Dona Geralda. E parabéns por ter conseguido vencer as drogas e a prostituição. A sra. vale muito” (Rosy Lima, 06/02 às 01:42).

Renault (2004, p.35) caracteriza o “sofrimento social” como noção que busca revelar as características principais das experiências de uma injustiça dificilmente exprimível como tal. Esse tipo de sofrimento é geralmente psíquico, sentido subjetivamente, mas de origem social, atrelado a uma situação de ausência de socialização (ou relações sociais desqualificantes) e morte social, isto é, a destruição de uma natureza intersubjetivamente constituída e a desinstitucionalização da existência pela adaptação às situações. Tal sofrimento social designa, assim, um tipo de experiência na qual, de um lado, a injustiça sofrida é tão profunda que as práticas que pretensamente são acionadas para tratá-la se voltam mais contra o indivíduo do que contra a injustiça da situação e, de outro lado, amplificam a invisibilização dos sujeitos sofredores que, além de assumirem a responsabilidade no lugar das instituições e do governo, não encontram espaços afetivos, culturais e políticos de fala, de troca e de valorização.

Em meio aos diferentes cenários de expressão e articulação de experiências de injustiça criados no ambiente das mídias digitais, sobretudo aqueles em que indivíduos e grupos marginalizados podem trabalhar sua própria linguagem (escapando ao mutismo do dano) ou projetá-la em relatos que iniciam fios de discussão e conversação, escolhemos o Projeto *SP Invisível* com o objetivo de problematizar a produção de relatos de si no Facebook, sem desconsiderar as assimetrias e jogos de poder¹² que atravessam a construção de identidades e a busca por reconhecimento.

Butler (2015) afirma que a produção de relatos de si, em grande medida, ocorre quando há uma demanda para que tracemos conexões entre nossas ações e o sofrimento delas resultante, conduzindo-nos a assumir responsabilidade: somos interpelados e instados a “confessar” via relato, via autoridade narrativa¹³ direcionada a um público com o intuito de persuadir.

Se sou responsabilizada por meio de um quadro de referências moral, esse quadro se dirige primeiro a mim, pela interpelação e pelo questionamento do outro. Na verdade, é somente dessa maneira que chego a conhecer esse quadro. Se dou um relato de mim mesma em resposta a tal questionamento, estou implicada numa relação com o outro diante de quem falo e para quem falo. Desse modo, passo a existir como sujeito reflexivo no contexto da geração de um relato narrativo de mim mesma quando alguém fala comigo e quando estou disposta a interpelar quem me interpela (BUTLER, 2015, p.26).

¹² Foucault (1995) define três conceitos distintos para falar sobre poder: relações estratégicas, técnicas de governo e estados de dominação. As relações estratégicas constituem uma faceta das relações de poder que se exercem entre indivíduos numa família, em relação pedagógica, comunicacional, amorosa. São jogos de poder infinitesimais, móveis, reversíveis, instáveis, que permitem aos diferentes parceiros disparar e colocar em ação estratégias para modificar as situações. Não têm conotação negativa. Os estados de dominação seriam o oposto dessas práticas, retirando a mobilidade das imposições recíprocas na tessitura dos vínculos. As técnicas de si seriam uma forma de regular as passagens entre os dois extremos, configurando o poder como a capacidade de estruturar o campo de ação possível do outro. O poder é, assim, um modo de ação sobre sujeitos em ação e em relação.

¹³ “A capacidade narrativa é a precondição para fazermos um relato de nós mesmos e assumirmos a responsabilidade por nossas ações através desse meio” (BUTLER, 2015, p.24).

A cena de interpelação, condição da responsabilidade ética, nos permite construir relatos que podem ou não buscar comunicar uma verdade, mas que são atos instituidores de um agir sobre “os esquemas de inteligibilidade que determinam quem será o ser que fala, sujeitando-os à ruptura ou revisão, consolidando suas normas ou contestando sua hegemonia” (BUTLER, 2015, p.167). O relato é uma ação voltada, ao mesmo tempo, para a autorrevelação, a autotransformação e configuração dos termos e esquemas de inteligibilidade que definem quem fala e para quem fala. Assim, esse relato nos revela um trabalho ético de construção subjetiva e intersubjetiva a partir da experiência dissensual que permite ao indivíduo examinar criticamente sua condição precária em relação aos discursos normalizadores, em busca da afirmação de novos modos de expressão subjetiva, política e social. Será que os relatos de si presentes no Facebook do Projeto *SP Invisível* possuem essa potência de ruptura em relação a ordens discursivas dominantes ou são relatos exemplares, divulgados com certa aura mítica que produz retratos inspiradores de superação e boa vontade?

Por sua vez, a potência política, ética e normativa da noção de reconhecimento nos oferece a possibilidade de repensar o que as definições correntes de justiça apresentam como injustiças sociais. A busca por reconhecimento envolve, na concepção de Honneth (2005) a criação de uma semântica coletiva que nomeia os desrespeitos sofridos, envolvendo o ato de tematizar e rever uma gama de experiências sociais que não entram nas definições correntes de injustiça, mas que fazem parte do cotidiano e da experiência vivida e ressentida dos sujeitos. A busca por reconhecimento pode ser vista como uma das dimensões de uma mais ampla luta (pautada pelo agonismo e pela articulação coletiva de um movimento social), mas cujo intuito é evidenciar o que se configura como injustiça a partir da experiência de sujeitos ordinários.

Subalternidade, agência e subjetivação política

Em seu conhecido ensaio *Pode o subalterno falar?*, Spivak (1998) propõe um questionamento a respeito das possibilidades de fala do que ela denomina “subalternos”. A noção articula-se em torno das condições de constituição e manutenção não apenas da condição específica de um determinado grupo dentro da sociedade, mas também, e com especial ênfase, na elaboração do regime de oposições binárias dentro do qual essas condições são construídas e mantidas.

Spivak (2006; 2009) indica que o sentido de sua análise não se pauta na substituição de uma narrativa por sua oposta complementar, mas de questionar como são construídas essas oposições, em que medida categorias binárias (“centro/margem”, “dentro/fora”, “elite/povo”) são construídas discursivamente em clivagens do tecido social que deixam de lado outras perspectivas que porventura não se encaixem dentro desses sentidos estabelecidos.

Segundo Spivak (2006), uma das características de grupos desprovidos de poder é a privação da fala; o direito à palavra, não escapa – sem ser totalmente determinado por elas – das relações externas à formulação de discursos que, por isso mesmo, tornam-se presas de uma perspectiva axiológica responsável por defini-los. O desmonte de uma categoria como “subalterno”, se pensada como uma classificação imediata e não problematizada, auxilia a observação da fluidez dessa categoria, constituída a partir de oposições binárias dentro de uma situação de fala específica.

A supressão da palavra desses grupos, relegada a um discurso considerado de antemão como “subalterno”, leva a um silêncio que equivale à inexistência reconhecida como legítima. O “subalterno” pode não perceber seu discurso como “subalterno”, enquanto categoria explícita, mas verifica nas práticas o espaço social de aceitação e possibilidades de formulação até o choque com outros discursos a partir dos quais é possível estabelecer um espaço próprio. Caracterizado pela imobilidade, pela ausência, em termos de visibilidade discursiva pública, de uma identidade, posto que sua existência é deduzida a partir de lógicas que não o contemplam, o subalterno encontra uma definição diferente da perspectiva de uma “dominação” ou da “marginalidade” (SPIVAK, 2005, p.479).

A classificação não é apenas responsável pelo estabelecimento das percepções e representações ao situar os sujeitos como, digamos, “centrais” e “periféricos”, mas a própria classificação já se apresenta como uma maneira de reduzir o conjunto do outro a uma dimensão de fácil apreensão – à complexidade de um sujeito auto-outorgado opõe-se a simplicidade da alteridade reduzida às categorias do classificador.

Dessa maneira, antes de propor o que poderia ser uma troca de narrativas, Spivak procura questionar de que maneira essas narrativas são constituídas e se afirmam dentro de um espaço social como elementos fundantes definidores das condições de pensamento e elaboração dos saberes e poderes.

Spivak amplia o pensamento a respeito das condições de dominação e emancipação contemporâneas evitando perspectivas redutoras que se desmancham na própria insuficiência de possibilitar uma abertura heurística para a realidade. As possibilidades de ação dos sujeitos contemporâneos estão articuladas tensionalmente tanto com as condições históricas e sociais nas quais se dá a existência social do ser, quanto com suas vinculações específicas, de caráter intelectual, ético e afetivo responsáveis pela elaboração das identidades e dos laços entre indivíduos, grupos e coletividades.

A identidade, em suas múltiplas dimensões e em sua complexidade, pauta-se continuamente em disposições subjetivas, compostas pela racionalidade, mas também pelos afetos e pelos desejos, conscientes e inconscientes, tanto quanto pelas possibilidades de referenciamento a partir das condições históricas e sociais que mediam as relações intersubjetivas – ver, nesse sentido, os trabalhos de Inthorn (2002) ou Martino (2010).

O gesto político de “ser alguém” revela-se no momento em que se percebe que, no espaço público, essa prerrogativa está longe de ser dada, mas é obtida na articulação dissensual com outros sujeitos. Em geral, só se observa essa necessidade quando há algum tipo de discrepância entre os discursos identitários aceitos como compatíveis a um determinado tipo de sujeito e a reivindicação de um posicionamento contestatório: dito de outra maneira, o sujeito que não encontra problemas de identidade é aquele no qual há um acordo – nem sempre real, mas que pode ser imaginário ou fictício – entre sua autorrepresentação e os discursos sociais a respeito de si; só não tem problemas de identidade quem nunca foi questionado a respeito dela, ou interrogado a respeito de certas ações por conta dela.

Seria possível, nesse sentido, estabelecer uma proximidade eletiva com a noção de dispositivo proposta por Foucault (2003), entendido como um conjunto heterogêneo de elementos a partir dos quais se delimita um determinado tipo de atuação disciplinar, discursiva ou corporal. Esses dispositivos que, na interpretação de Agamben (2009), relacionam-se com a prerrogativa de se estabelecerem disposições – a noção, neste caso, reveste-se do sentido haurido nos espaços do Direito – a respeito do que deve ser levado a cabo por todas as pessoas sob esse regime disciplinar. Um dispositivo é composto de linhas de força que promovem aberturas ou fechamentos; linhas que constroem, modelam, canalizam e, nesse sentido, determinam modos de ação, modos de representação e desubjetivação. Neste texto, os dispositivos que nos interessam são aqueles acionados pelos idealizadores do projeto *São Paulo Invisível* para traduzir em texto e imagem as existências e agenciamentos de indivíduos precários e moradores de rua.

As potencialidades de agenciamento¹⁴ – de criação de enunciados e cenas de enunciação – não se desvinculam dos dispositivos; no entanto, seria talvez redutor inferir disso alguma natureza determinista dos dispositivos: sua própria heterogeneidade aparentemente implica a elaboração de linhas heterovetoriais responsáveis não só pela dinâmica dos dispositivos, mas também por suas contradições a partir das quais é possível, aos sujeitos por ele disciplinados, agir nos espaços intersticiais – ou, em determinadas situações, em relação com espaços situados, de maneira momentânea ou permanente, fora dos dispositivos.

O agenciamento dos sujeitos refere-se, entre outros elementos, às capacidades de organização – um dos sentidos originais da noção de *agency*, como forma de organização vinculada a determinadas práticas – de indivíduos em coletividades responsáveis pela

¹⁴ Acionamos aqui a noção de agenciamento a partir de Deleuze (2013), para quem as singularidades atuam contra o plano imposto pelas instituições (um mundo possível) e lutam pela criação e efetuação de uma multiplicidade de mundos possíveis (sabendo que não podem deixar de dialogar com as instituições). Um agenciamento é posto em prática por uma lógica da recusa, uma posição contra as regras da representação e da *mise en scène* consensual: a recusa é condição de invenção, ao lado da criação de novos agenciamentos (coletivos) de enunciação, que procuram experimentar dispositivos e instituições que sejam mais favoráveis às suas dinâmicas de criação e atualização de mundos possíveis. Um agenciamento sempre enfatiza a multiplicidade de mundos, de enunciados e de sujeitos e seu processo de constituição.

definição de posicionamentos e, eventualmente, ações que interessem a todos. Essa constituição do agenciamento evidentemente não ocorre, ao que tudo indica, fora do espaço dos dispositivos; ao contrário, está em um permanente tensionamento com eles na medida em que se trata, muitas vezes, de questioná-los e mesmo levá-los à transformação – em última instância, à própria remoção dos dispositivos disciplinares de dentro de um quadro específico no mundo social.

O desejo dos sujeitos, neste aspecto, é um ponto de máxima relevância para enfatizar a natureza fundamentalmente articulada e tensional do processo, eivado de contradições internas e externas e, portanto, dificilmente redutor a qualquer tipo de determinismo que busque reduzir suas complexidades – e, portanto, suas riquezas de análise – a qualquer tipo de noção ou condição unívoca, por mais interessante e aparentemente explicativa que possa ser.

No processo de subjetivação política há uma desconexão entre a representação dos indivíduos e a visão pressuposta pelas pessoas sobre o seu lugar de fala, que cria uma dificuldade de enquadrá-los em padrões, defini-los. Eles caminham pelos diversos nomes sem se encaixar perfeitamente em nenhum, sem poder ser definidas rapidamente. Trata-se de um cruzamento de posições de sujeito que repousa sobre um cruzamento de nomes: aqueles impostos e aqueles criados pelos próprios indivíduos.

A subjetivação, em Foucault (1995) e em Rancière (2004), nomeia tanto o processo de se tornar sujeito quanto o processo político de nomear constrangimentos de poder e injustiças: ela torna visível o hiato entre a identidade de alguém dentro da ordem consensual dada (na distribuição de papéis, lugares e status) e certa demanda de subjetividade por meio da ação política. Sobre esse aspecto, Rancière ressalta que, por subjetivação entende-se “a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis em um campo de experiência dado, cuja identificação está ligada à reconfiguração do campo da experiência” (1995, p.59). Se o processo de subjetivação política redefine o campo da experiência que outorgava aos indivíduos uma identidade pré-definida, devemos nos indagar acerca de como se dá essa redefinição.

De acordo com Rancière (2010), se há algo de próprio na política, ele consiste na relação entre dois termos contraditórios que definem um sujeito. Se a ordem discursiva prevaiente oferece apenas um nome para um indivíduo, assujeitando-o e dificultando a emergência de sua pluralidade e de sua capacidade de ação, a criação de cenas polêmicas visa permitir a emergência do sujeito via linguagem. A subjetivação política diz respeito a desidentificações: a rupturas com uma ordem discursiva que oferece a cada pessoa seu lugar na ordem das coisas, um lugar atrelado à uma identidade. Não é o “reconhecimento de” ou o gesto de “assumir uma identidade”, mas o desligamento com essa identidade, a produção de um hiato entre a identidade da ordem vigente e uma nova subjetividade política (MARQUES, 2011, 2014). A subjetivação não identitária, ou desidentificatória, é

um tipo de subjetivação que envolve o jogo de enunciação e a forma como os indivíduos aparecem na cena pública dissensual.

As condições específicas do sujeito enquanto ser individual, desejante, inscrito em afetos que igualmente inscreve em si, não se separa, exceto em caráter didático ou metodológico, das condições gerais de existência relacional a partir das quais se configura como um ser social. A consciência de si, neste aspecto, não parece deixar de se constituir igualmente como consciência de um “nós” quando se olha para além de qualquer dispositivo no rumo de perspectivas sociais mais amplas. Nessa dialética, os fatores e clivagens relacionados à classe social, faixa etária, gênero, etnia, tempo e outras dimensões relativas no espaço, se inscrevem ao mesmo tempo nos sujeitos e nos grupos, nos indivíduos e nas coletividades – a título de exemplo, Wasserman (2005), em um estudo sobre a representação midiática pós-apartheid na África do Sul, mostra como as questões propriamente étnicas se misturam com questões de classe, sem possibilidade de redução entre si.

O desejo de mudança do sujeito parece demandar uma possibilidade de agenciamento de grupos e comunidades para a ação dentro do espaço dos dispositivos começando, em primeiro lugar, pela explicitação da existência dos dispositivos enquanto tais e, dessa maneira, como elementos passíveis de desconstrução.

Deixa-se de lado, assim, qualquer perspectiva determinista ou dicotômica tanto no que diz respeito aos sujeitos quanto aos elementos sociais, ao mesmo tempo em que se destaca a existência dos dispositivos enquanto formações vinculadas às dimensões hegemônicas presentes no tecido social – responsáveis pela constituição da normatividade regulatória dos dispositivos constituídos no tensionamento com as resistências dos outros grupos.

Sem perder de vista em momento algum as clivagens sociais responsáveis pelas condições de vigência de determinados modos de vida instituídos – diria-se “naturalizados” – na premência das práticas cotidianas, amplia-se assim o leque de percepções e autopercepções do sujeito na inclusão de outros recortes constituintes de hegemonias e contra-hegemonias ou, nas palavras de Spivak (1998), dominações e subalternidades. Tais clivagens não escapam nem se reduzem aos vínculos de produção no contexto de uma dada política; antes, se engendram nos espaços de vida dos sujeitos, no espaço de suas práticas e representações.

A constituição de uma perspectiva relacional estética, nesse aspecto, parece se verificar também, talvez com especial força, no modo de constituição das representações identitárias de grupos e coletividades endereçadas ao espaço público. Nas palavras de Spivak (2006, p.13), “embora inevitavelmente posicionado e caracterizado pelo seu lugar no mundo ‘simbólico’ da palavra, o sujeito não obstante procura tocar o mundo ‘real’ construindo imagens-objeto ou substitutos dele; este é o lugar do imaginário”.

A presumível assimetria entre as representações elaboradas de maneira autônoma, ou autônomo-reflexiva, e aquelas impostas a um determinado grupo por outro, geralmente

vinculados em uma relação dominante-dominado, compõe um espaço de tensões e conflitos – veja-se, por exemplo, o estudo de McCabe (2005) sobre as diferenças entre a autorrepresentação de feministas norte-americanas e a imagem delas construída pelo público geral. Nesse sentido, Curti (2010), Friedan (2001) Tasker e Negra (2007) e Marques (2010), cada uma a seu modo, sugerem semelhante tensão entre identidades e representações narrativas.

No entanto, a produção de subjetividades e agenciamentos relacionam-se de maneira direta na constituição de espaços que buscam, na explicitação pública dos dispositivos a partir do agenciamento dos sujeitos, expressar, de maneira mais ou menos direta, suas demandas e pontos de vista sobre outros polos do todo. A própria constituição de um espaço público de debates, argumenta Fraser (1990) em uma leitura de Habermas, é sincrônica e diacronicamente caracterizada pela inexistência de inúmeras vozes presentes do tecido social.

A dinâmica das ações sociais, tanto em sua escala macro, no sentido de se pensar a “sociedade” como um todo, algo por vezes de difícil apreensão ou verificação empírica, quanto em sua escala micro das relações interpessoais cotidianas, não deixam de existir dentro de condições de possibilidade responsáveis pela proposição de elementos parametrizadores com os quais os sujeitos devem entrar em relação para a definição de si mesmos, seus laços, suas condições e potencialidades. Na conhecida observação de Marx (2011 [1858]), os seres humanos criam sua própria história, mas não sabem disso; de certa maneira, essa ausência de reconhecimento está vinculada à aparente despotencialização das ações de caráter transformador na medida em que não se deixam entretecer pelos próprios sujeitos enquanto não se dão conta das possibilidades de mudança.

Na reflexão que se segue, tentaremos evidenciar que a consciência de si, neste sentido, não deixa de levar em consideração o fato de que não se trata apenas de uma consciência individual, muito menos individualista, mas da constituição tensional de sujeitos nos quais dialogam, de maneira descontínua, tanto elementos de caráter propriamente social quando seus desejos.

SP Invisível: potências políticas da fala e da imagem

A possibilidade de narrar e de fazer circular sua palavra na rede traz uma perspectiva de mudança de vida para o indivíduo, que pode acarretar inclusive alterações quanto à sua condição de marginalidade, ainda que essa condição possa não ser totalmente extinta. É válido mencionar que, transcendendo uma visibilidade virtual, a repercussão dos testemunhos em *SP Invisível* já provocou mudanças para alguns indivíduos mostrados no Facebook, como a formação de uma rede de advogados que os orientam gratuitamente, a mobilização solidária para doação de alimentos e vestuário, o acompanhamento de profissionais de psicologia, entre outros (LIMA, 2014).

Entretanto, o ato de “dizer-se” ou “narrar-se” só se configura como gesto emancipador quando contribui para a autonomia e autovalorização dos sujeitos. De modo geral, quando as pessoas perfiladas têm suas histórias dispostas no Facebook, é possível observar que a visibilidade é endereçada muitas vezes a um esforço de mostrar que sua vida não é tão ruim quanto parece, descrevendo e justificando sua situação como temporária e enfatizando os momentos de “reviravolta” e resistência. Eles figuram, majoritariamente, como “exemplos” (tipos exemplares dos conflitos, tensões e disparidades da sociedade) de superação e luta (cujos relatos são descritos pelos participantes do Facebook como textos que devem ser consultados diariamente, por sua potência esclarecedora), mas não como interlocutores.

Percebe-se nos testemunhos tanto a presença de posições morais binárias e dicotômicas (sobre “certo” ou “errado”, por exemplo) quanto questionamentos à lógica hegemônica preponderante, com a quebra de expectativas sobre o que é uma vida “boa” ou as possibilidades de um futuro melhor. Se muitos depoimentos são construídos mencionando crenças religiosas (como os testemunhos de Geralda, Ceará, Bento, Valdecir, Anderson, Bruno, Roger e Juliana, Ricardo, Marcos), indicando expectativas diante de um poder sobrenatural, podem ser encontrados também indícios de uma consciência sobre a potência

Figura 1 – Testemunho de Tamara no *SP Invisível*



Fonte: <https://www.facebook.com/spinvisivel>

de mudança do próprio indivíduo, seja quando Ricardo (25/02/15) caracteriza seu trabalho de “reciclador” como “comum e autônomo”, afirmando não somente que gosta do que faz, como ressaltando sua habilidade na atividade que considera importante para a sociedade e para o meio ambiente; ou quando Marcelo fala da opção por ser livre morando na rua ou ainda quando Tamara (Fig.1) fala de seu papel de conscientização de outras prostitutas para que elas não contraiam doenças como AIDs.

Cada testemunho reforça uma maneira de olhar para o mundo, com valores e percepções, em alguma medida, particulares. Nota-se a diversidade não somente de vocabulário e de experiências de vida, mas de (re)ação diante de

situações semelhantes, como o gesto de pedir ajuda financeira nas ruas ou o próprio fato de não ter uma casa para morar:

não gosto de depender das pessoas, então prefiro ficar na rua (José Vicente);

Graças a Deus, tenho escolaridade e moro numa pensão [...] Tenho que trabalhar muito, conseguir uma casa (Ricardo);

Nosso sonho é voltar e ter uma casinha pra morar com nossa filha (Roger e Juliana);

tenho muita vergonha de estar aqui, por isso fico muitas vezes sem comer [...] eu tenho vergonha de pedir. Eu não como pra não incomodar ninguém, porque a gente não é pessoa, é incômodo (Francisco);

Minha missão no mundo é pedir esmola e repartir com os que são mais pobres que eu, pobres de espírito e mente (Bento).

não é legal ficar pedindo ou morar na casa dos outros. [...] Pensava ‘hoje to numa boa, mas amanhã, não sei’, tem um pessoal que nunca esperou por essa situação, acho que é por isso que eu consigo viver bem (Ceará).

Ao falar de sua vida por meio de detalhes, experiências, características, há uma recusa dessas pessoas em serem “apenas mais um na multidão”. Elas expõem sentimentos, fragilidades, qualidades e tentam se distinguir, seja na recusa por uma denominação de “morador de rua” ou de “viciado”, por exemplo, seja na caracterização de sua trajetória, de sua história de vida até ali, de seus planos para o futuro, rejeitando classificações e generalizações de ordem policial (RANCIÈRE, 2000; SPIVAK, 2006; 2009) e evidenciando novas possibilidades de agenciamento, ainda que num plano projetivo, do “sonho” e do desejo:

[...] quero melhorar e quando eu pegar meu RG vou procurar algum lugar e arrumar algum trampo (José Vicente);

[...] se Deus quiser, realizar meu sonho que é morar em São Francisco, na Califórnia. Faz parte sonhar alto, né? (Ricardo);

Nosso sonho é voltar e ter uma casinha pra morar com nossa filha, mas por enquanto ela tá melhor com a minha mãe (Roger e Juliana);

Meu mundo caiu, mas daqui um mês eu tiro isso e volto pra guerra. [...] sou um guerreiro de 47 anos (Francisco);

Eu quero virar skatista profissional, comecei a andar quando vi a rapaziada na Roosevelt, no Anhangabaú (Anderson);

queria conseguir um emprego de carteira registrada pra ajudar mais. Vocês tem meu celular aí, se surgir alguma coisa de interessante, pode

me ligar. Trabalho de qualquer coisa! (Kelson);
Eu tenho que ser luz porque o mundo jaz do maligno (Geralda);
Pelo menos agora, no dia 12, eu tô indo pra clínica, quem sabe a vida não melhora? (Tamara).

Para além da expressão discursiva via palavra escrita, os perfis do projeto são acompanhados da fotografia dos moradores de rua, o que desperta nosso interesse em investigar os modos como elas dão a ver os corpos, gestos e rostos desses sujeitos liminares.

A política das imagens, segundo Rancière (2012), não usa a representação para corrigir costumes, valores e ações, mas implica em um distanciamento e uma suspensão de toda relação determinável entre a intenção de um artista e o olhar de um espectador. Ele ressalta que não basta retratar uma situação social de penúria e sofrimento ou nutrir uma simpatia pelos explorados e desamparados para tornar uma imagem política. Também não basta evidenciar uma simpatia pelos subalternos e marginalizados.

As imagens, de acordo com Rancière (2007, 2012), são políticas na medida em que podem devolver o dissenso e a ruptura a paisagens homogêneas, de concordância geral e assujeitamento. A política das imagens associa-se, de um lado, ao modo como a imagem pode desvelar potências, reconfigurar regimes de visibilidade e questionar ordens discursivas opressoras. Mas, de outro, há uma política das imagens que é mais modesta: ainda que não reconfigure ou supere tais ordens discursivas, uma imagem pode dar a ver alguns esquemas geralmente mobilizados para dar forma àquilo que se pode enunciar sobre os fatos que ela representa.

Sobre esse aspecto, uma imagem é política quando deixa entrever as operações discursivas que influenciam na interpretação daquilo que vemos, ou seja, a potência política está tanto nas imagens (materialidade sígnica) quanto nas relações e operações que as definem. Como afirma Rancière, “a imagem não é simplesmente o visível. É o dispositivo por meio do qual esse visível é capturado” (2007, p.199) e os modos de sua captura.

A potência política das imagens está ligada ao modo como, nas imagens, operações constituem regimes de visibilidade capazes de regular e constranger o “aparecer” dos sujeitos. Se tomarmos, como sugere Picado (2014), algumas das figuras plásticas da discursividade visual da fotografia, como a movimentação dos corpos, a performatividade da representação fisionômica e o modo como o olhar é direcionado para a câmera, podemos descortinar alguns dos elementos que podem nos auxiliar a entender como os sujeitos anônimos aqui analisados são capturados e tornados presença. A fotografia é mais do que uma ilustração do depoimento textual: se tomarmos novamente a imagem de Tamara, veremos que ela foi feita em meio à uma fala, a uma enunciação que nos implica no universo criado pela imagem. Não se trata de um corpo que se dissolve na paisagem, um corpo pobre compondo

o cenário de pobreza (como algumas imagens às vezes podem dar a ver), mas um corpo cujos gestos e expressões se destacam de um pano de fundo desfocado.

No caso de Marcos (Fig.2), a relação entre o sofrimento e o modo de enunciá-lo “implica a admissão de um poderoso apelo que a presença de fisionomia pode exercer sobre nós, uma vez dada esta inclinação a nos sentirmos chamados por sua manifestação em destaque” (PICADO, 2014, p.136). Ao refletir acerca da discursividade do retrato humano no fotojornalismo, Benjamin Picado (2014, p.135) nos chama a atenção para o fato de que a representação do sofrimento “suscita uma condução discursiva da imagem [...] a partir de um vetor de imersão possível do espectador no universo do testemunho”. Nos interessa mais especificamente o modo como a fisionomia humana na fotografia que representa o pobre e a pobreza revela traços da operação que traduz um indivíduo singular a partir dos parâmetros de reconhecimento associados ao retrato. Um retrato pode tanto representar iconicamente seu referente (guardando traços de semelhança verossímeis) quanto por em “jogo uma estrutura de simulações pela qual fabricamos uma aparência como parte das estratégias de nossa inserção societária” (PICADO, 2014, p.140). A fabricação da aparência considera também a possibilidade do retrato dar a ver as máscaras utilizadas para destacar um conjunto de qualidades que auxiliam a atribuir especial distinção a alguém. O projeto *SP Invisível*, ao produzir retratos de anônimos da cidade, configuram uma espécie de “ética do retrato”, associando nossa possível apreensão do caráter desses personagens a partir da forma de sua presença na imagem. Dito de outro modo, o retrato pode convocar nossa empatia, solidariedade, piedade, reverência ou repúdio, uma vez que utiliza a presença humana (e seu olhar direcionado para a objetiva) para conduzir nossos sentimentos morais e as possibilidades de vinculação comunicativa com o indivíduo retratado (esse movimento caracterizaria uma pragmática da reciprocidade na impressão de uma conversação direta). “Toda a comunicação do ethos do indivíduo (seu caráter, sua ideologia, seu modo de ser) depende de um fazer crer que estamos diante da mais autêntica encarnação dessas marcas, pelo simples fato de o sujeito apresentar-se frontalmente na imagem, emulando a proximidade do contato direto com seus interlocutores” (PICADO, 2014, p.151).

Sobre esse aspecto, as imagens do projeto oscilam entre a produção de retratos via reprodução de certos protocolos da “pintura de tipos sociais” (como é o caso da imagem de Marcos (Fig.2), que foi muito elogiada nos comentários por sua qualidade estética e sua proximidade com o que associavam à ideia de um legítimo morador de rua), a produção de retratos nos quais alguns elementos do corpo representado (olhar, postura, rosto) são capazes de apontar para um tipo de resistência ao apagamento e desaparecimento dos sujeitos em narrativas que apenas “encaixam” os indivíduos em molduras discursivas

previamente arquitetadas, capturando seus gestos, rotinas e corpos em operações consensuais, constrangimentos e submissões de toda ordem (como é o caso do retrato de Tamara, Fig.1).

Figura 2 – Testemunho de Marcos no *SP Invisível*



Fonte: <https://www.facebook.com/spinvisivel>

É possível mencionar também que os retratos que acompanham os relatos por nós analisados remetem a uma reflexão de Butler (2011) acerca da precariedade e dos modos de figuração da fisionomia na imagem. Ela afirma que todos nós somos sujeitos precários, uma vez que dependemos de outros anônimos para sermos apreendidos, considerados e reconhecidos. Nessa dependência estaria nossa condição de precariedade e vulnerabilidade. Para Butler (2011), a precariedade da vida pode se manifestar, sobretudo, no modo como espaços de aparência (frequentemente marcados pelas imagens e enquadramentos midiáticos) produzem formas diferentes de distribuir a vulnerabilidade fazendo com que algumas populações e grupos estejam mais sujeitos à violência que outros. Nesses espaços de aparência¹⁵, aqueles que permanecem sem face, ou cujas faces são apresentadas como símbolos de inferioridade, geralmente não são considerados dignos de reconhecimento.

Em suma, no movimento e gesto políticos de exposição ligados ao “aparecer”, os indivíduos podem tanto se transformar em sujeitos dotados de rosto (de um apelo moral

¹⁵ O espaço de aparência em Butler (2011) é artificial, criado pelo homem e ganha corpo sempre que há sujeitos reunidos na ação, construindo discursos e criando possibilidades de emissão de juízos.

passível de implicar os interlocutores numa relação recíproca de escuta), quanto em sujeitos reduzidos a tipos, a classificações enunciativas e demonstrativas que não conseguem reconfigurar a relação entre o visível e o dizível, entre palavras e corpos. Se, como afirma Butler (2011), a dignidade do ser humano é construída por meio de um olhar que escuta o rosto (o clamor que expressa um sofrimento), a imagem do retrato pode ser uma mediação propícia à aproximação com a alteridade, ao mesmo tempo em que assegura uma separação: se ela “produz uma ligação entre sujeitos separados, entre sujeitos da desligação, ela assegura a distância que os separa, preservando-os de qualquer fusão identificadora ou massificante” (MONDZAIN, 2011, p.124). Contudo, é preciso indagar como se estabelece essa mediação quando se trata de retratar indivíduos materialmente e economicamente destituídos com o fim de perceber em sua pretensa desumanidade, vestígios de algo que pode ser considerado humano.

Considerações finais

Tornar-se parceiro de interação é algo fundamental no processo de aquisição de visibilidade e reconhecimento, assim como a construção da autoridade moral para dialogar, pois o valor atribuído a um sujeito se configura no jogo de atrelar determinadas características/habilidades ao parceiro de troca em momentos específicos da interação comunicativa.

Contudo, falar não é simplesmente difundir a palavra endereçando-a a ouvidos pretensamente interessados, mas é acionar uma resposta do outro, instaurar um ato de fala, um ato comunicativo. “Por falar estou apontando uma transação entre o falante e o ouvinte. E mesmo um incrível esforço para falar, usando suas próprias palavras, pode não preencher os requisitos de um ato de fala” (SPIVAK, 1996, p.289).

“Falar sobre” não é o mesmo que “falar com”. Assim, ao lermos as histórias contadas no Facebook e posteriores comentários, percebemos que nenhum dos retratados responde às observações, provocações e reações ali registradas (geralmente as reações são de comoção, solidariedade e apoio aos anseios dos perfilados). Eles usam a palavra (são convocados, instados a fazê-lo), testemunham, contam, falam sobre si, mas dificilmente falam com os outros. “Geralmente ninguém fala comigo... aliás, o que você está fazendo aqui, falando comigo?” – indaga um dos perfilados.

Se a visibilidade depende da comunicação direta, intersubjetiva, da leitura e interpretação dos gestos significativos, a confirmação do valor social implicada nessa interação dificilmente se realiza quando os retratados não estabelecem com seus leitores virtuais uma relação potente de troca. Aqui há duas dimensões da visibilidade que precisam ser destacadas: tornar-se visível é poder falar (expressar-se e ser ouvido em uma enunciação) e tornar-se visível é poder responder à interpelação do(s) parceiro(s) de fala, tornando-

se interlocutor. Sob esse segundo aspecto, Honneth (2005) não associa a invisibilidade a uma não presença física, mas sim a uma não existência social e comunicacional. Sob esse viés, nossas análises identificaram várias formas de conferir visibilidade a indivíduos que seguem atrelados a existências invisibilizadas e silenciadas.

Além da configuração de cenas de dissenso (RANCIÈRE, 2000) relacionadas aos autores dos testemunhos analisados, notamos recorrentemente uma desidentificação com o que lhes é imposto. O excesso de palavras nos relatos que essas pessoas fazem de si mesmas mostra que, além de receberem os nomes de catadores, moradores de rua, prostitutas, constroem lugares de fala nos quais são pais, mães, filhos(as), trabalhadores(as), sonhadores(as), imigrantes, potenciais sujeitos políticos. Assim, as imagens e testemunhos que aí ganham espaço revelam modos de subjetivação política e de formas de “ser no mundo” marcadas pela busca de autonomia, emancipação e reconhecimento. Argumentamos que a capacidade de construir e conduzir a própria história não é algo que se conquista isoladamente. A autonomia não está relacionada ao individualismo ou à auto-suficiência, nem pode ser pensada de maneira descolada de aspectos culturais e de socialização. Ao invés disso, sua construção é intersubjetiva e exige que pensemos sobre: a) relações de poder¹⁶; b) elementos ligados a valores, práticas e modos de subjetivação; c) experiência¹⁷ (BIROLI, 2013); d) competências comunicativas originadas nas redes interativas que as pessoas estabelecem umas com as outras¹⁸. Assim, para ser autônomo, é preciso ser reconhecido como parceiro do debate e como indivíduo emancipado, amparado por um sistema de direitos fundamentais que protege os indivíduos em sua integridade, provendo-lhes as condições necessárias para que entrem como iguais no processo de julgamento público.

Apesar de termos encontrado questionamentos da lógica dominante, percebemos uma constância de testemunhos ainda muito pautados por uma ideia de oposição binária (dentro x fora; inclusão x exclusão; com valor x sem valor; rico x pobre). Ainda é forte a oposição entre centro e margem social, mas é interessante que ela parece acentuar-se inclusive dentro das diversas possibilidades de estar na margem: há quem prefira morar na rua, mas na maioria das falas dos personagens de *SP Invisível* que analisamos, o morador de rua estaria mais à margem que outros indivíduos também marginalizados, e o morador de rua que é usuário de drogas ilícitas parece ser o extremo dessa posição marginal.

¹⁶ “O foco nas hierarquias e relações de poder assimétricas faz com que as escolhas sejam vistas não apenas como um fator de interação entre o indivíduo e as alternativas socialmente disponíveis, mas como um desdobramento complexo dos padrões de socialização, das relações nas quais os indivíduos estão posicionados e de como, dados esses padrões e essa posição, configuram-se suas ambições, o horizonte das possibilidades de ação e, de modo mais geral, sua capacidade de autodeterminação” (BIROLI, 2012, p.16).

¹⁷ É preciso, segundo Biroli (2013, p.102), “reconhecer e valorizar experiências que não estão contidas na dominação e que poderiam ser, assim, reveladoras da agência de indivíduos dominados – naquilo que escapa justamente aos padrões e moldes socialmente estabelecidos, com seus efeitos restritivos”.

¹⁸ O indivíduo autônomo é tido, geralmente, como autodirigido e autocriador, isto é, ele deve ser capaz de se ver como autor de sua própria história e de suas construções da identidade pessoal.

Há uma possibilidade, diante de tantas coisas que lhes foram negadas em seu convívio social, de essas pessoas não terem nada a perder alimentando (e tentando materializar) sonhos e desejos, até mesmo como forma de resistência a um sistema que tenta simplificar suas vidas e reduzi-las a denominações generalizantes.

A ideia de sofrimento social designa mais precisamente a maneira pela qual um contexto institucional condena duravelmente as necessidades do eu (ligadas a formas de relação positivas a si mesmo que são relativas à integridade psicofísica e à identidade pessoal) a permanecerem insatisfeitas. Formas de violência rotinizadas (ordem simbólica invisível) e institucionalizadas produzem o sofrimento social, dando a ver o que está em jogo em certas experiências de injustiça: a insatisfação de expectativas normativas ancoradas em certas necessidades não atendidas do eu.

A forma como os personagens analisados em *SP Invisível* se autorreferem e se autocaracterizam sinaliza para lentes e perspectivas de percepção do mundo que, ora corroboram com discursos hegemônicos de instituições sociais, ora os questionam, refutando os lugares aos quais são destinados. Esses traços de subjetivação, de expressão de seus desejos e de suas demandas, bem como de uma consciência (ou negação) sobre o que lhes constitui enquanto pessoas, podem se relacionar a agenciamentos criativos (ainda que embrionários), modificando situações de sofrimento, espaços sociais nos quais atuam e gerando reflexos nas ações de outros que com eles convivem.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** Chapecó: Argos, 2009. 92p.
- BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v.1, n.9, p.7-39, 2012.
- _____. Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 21, n.1, p.81-105, 2013.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 200p.
- _____. Vida precária. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v.1, n.1, p.13-33, 2011.
- COULDRY, Nick. **Why voice matters**. Londres: Palgrave, 2009. 184p.
- CURTI, Lidia. **Female bodies, female stories**. Londres: MacMillan, 2010. 256p.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed.34, 2013. 240p.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 296p.
- _____. O sujeito e o poder. In: P. RABINOW, H. DREYFUS (Eds.), **M. Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995. p.231-250.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, Stanford, n.25/26, v.1, p.56-80, 1990.

FRIEDAN, Betty. **The feminine mystique**. Nova York: Norton, 2001. 239p.

HAROCHE, Claudine. **A condição sensível**: formas e maneiras de sentir no Ocidente. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008. 240p.

HONNETH, Axel. Invisibilité : sur l'épistémologie de la reconnaissance. **Réseaux**, Paris, v.1, n.129-130, p.41-57, 2005.

INTHORN, Sanna. The death of the Hun?: National identity and German press coverage of the 1998 football World Cup. **European Journal of Cultural Studies**, Finland, v.5, n.1, p.49-68, 2002.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 268p.

LIMA, V. **SP Invisível**: a cidade que ninguém vê. [18 junho 2014]. Entrevistadora: Andreia Magalhães. Disponível em: <<http://misturaurbana.com/2014/06/entrevista-sp-invisivel-a-cidade-que-ninguem-ve/>>. Acesso em: mar. 2015. Entrevista concedida ao Mistura Urbana.

MARQUES, Angela S. Representações de vínculos homoeróticos em telenovelas: do estigma à reconstrução do sentido. **Ciberlegenda**, Niterói, UFRJ, v.22, n.1, p.40-58, 2010.

_____. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **Galáxia**, São Paulo, PUC-SP, v.11, n.22, p.25-39, 2011.

_____. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. **Discursos Fotográficos**, Florianópolis, v.10, n.1, p.61-86, 2014.

MARTINO, Luis M. Sá. **Comunicação e identidade**. São Paulo: Paulus, 2010. 224 p.

McCABE, Janice. What's in a Label? The Relationship between Feminist Self-Identification and 'Feminist' Attitudes among U.S. Women and Men. **Gender and Society**, Oakland, v.19, n.4, 2005. p.480-505.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011. 792p.

MEIKLE, Graham. It's like talking to a wall. In: WITTKOWER, D.E. (Ed.). **Facebook and philosophy**: what's on your mind? Chicago: Chicago Open Court Press, 2010. p.13-20.

MONDZAIN, Marie-José..Nada. Tudo, qualquer coisa: ou a arte das imagens como poder de transformação. In: NAZARÉ, L.; SILVA, R.(Orgs.) **A república por vir**: arte, política e pensamento para o século XXI. Lisboa: Ed.. Lisboa, FundaçãoCalouste-Gulbenkian, 2011. p.103-128.

PICADO, Benjamin. **O olho suspenso do noventa**: plasticidade e discursividade visual no fotojornalismo moderno. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2014. 216p.

RANCIÈRE, Jacques. **Le partage du sensible**: esthétique et politique. Paris: La Fabrique éditions, 2000, 74p.

_____. **La Mésentente– politique et philosophie**. Paris: Galilée, 1995.

_____. **Aux bords du politique**. Paris: Gallimard, 2004.

_____. Ten Thesis on politics. In: CORCORAN, Steven (Ed.). **Dissensus: on politics and aesthetics**. London : Continuum, 2010. p.27-43.

_____. Le travail de l'image. **Multitudes**, Aix em Provence, v.1, n.28, p.195-210, 2007.

_____. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RENAULT, Emmanuel. **L’expérience de l’injustice**: reconnaissance et clinique de l’injustice. Paris, La Découverte, 2004.

SP INVISÍVEL. [Postagens analisadas]. [S.I.], fev. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/spinvisivel/timeline>>. Acesso em: 02.mar. 2015.

SPIVAK, G. C. **Outside in the teaching machine**. Londres: Routledge, 2009.

_____. **In other Worlds**. Londres: Routledge, 2006.

_____. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. **Marxism and the interpretation of culture**. Londres: MacMillan, 1998. p.66-111.

_____. Scattered speculations on the subaltern and the popular. **Postcolonial Studies**, v.8, n.4, p.475-486, 2005.

_____. Subaltern Talk, interview with the editors. In: LANDRY, Donna; MacLEAN, Gerald (Eds.). **The Spivak reader**. London: Routledge, 1996. p.287-308.

TASKER, Y.; NIGRA, D. **Interrogating Postfeminism**. Durham: Duke University Press, 2007.

WASSERMAN, H. Debating the media, shaping identity: Postcolonial discourse and public criticism, **Communicatio**, v.31, n.1, p.49-60, 2005.

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Doutora em Comunicação Social pela UFMG, com pós-doutorado em Comunicação pela Université Stendhal, Grenoble III, na França. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. É organizadora dos livros *A Deliberação Pública* (Autêntica, 2009); *Esfera Pública, Redes e Jornalismo* (E-papers, 2009) e *Comunicação e Política* (Summus, 2011), entre outros. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

Luís Mauro Sá Martino

Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. Pós-doutor pela Universidade de East Anglia, na Inglaterra. Autor dos livros *Teoria das Mídias Digitais* (Vozes, 2014) e *Teoria da Comunicação* (Vozes, 2009), entre outros. E-mail: lmsamartino@gmail.com

Tamires Ferreira Coêlho

Doutoranda em Comunicação Social na UFMG com bolsa da CAPES. Fez estágio doutoral na Université Paris Sorbonne/CELSA junto ao GRIPIC com bolsa da CAPES. Mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFPI com sanduíche na UMinho (Portugal). Membro dos grupos de pesquisa Processocom, GRIS, Margem e da Red AmLat. E-mail: tamiresfcoelho@gmail.com

Recebido em: 01.10.2015

Aceito em: 17.09.2016